



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

27. PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Rurais

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Nova espécie de planta no Rio

Não é a Amazônia – são apenas 3 hectares (1 hectare [ha] equivale a 10 mil m²) cravados no meio da cidade do Rio de Janeiro, atrás do Palácio da Guanabara, em Laranjeiras. Mas ainda assim esse pequeno resquício de Mata Atlântica guarda surpresas, como a *Calathea reginae*, uma nova espécie de planta que acaba de ser descrita por um pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Pertencente à família *Marantaceae*, a *C. reginae* já havia sido coletada em 1971, atrás do Colégio Santo Inácio, mas a sua descrição e classificação só foram possíveis com a nova descoberta. “Para dar um nome científico a uma nova espécie, não basta apenas ter um exemplar da planta, precisamos de amostras da flor, do fruto, etc.”, conta o botânico João Marcelo Alvarenga Braga, do JBRJ.

Para ele, a grande importância do achado é a de mostrar que, mesmo em lugares muito desenvolvidos e afetados pelo homem, ainda é possível encontrar organismos desconhecidos. “Se é assim no Rio, imagine na Amazônia”, ressalta Braga. Mas nem tudo são flores para o novo vegetal carioca – a espécie já ‘nasceu’ em risco de extinção. Segundo o botânico, a *C. reginae* é uma planta endêmica local, ou seja, só existe naquele fragmento de mata. “Há somente um pouco mais de 20 indivíduos dessa espécie”, revela Braga.

Ele espera que o achado mostre a importância de se preservarem os resquícios de mata ainda existentes na cidade. “Começamos um projeto nesse sentido, pois propor salvar uma espécie sem garantir a preservação do seu habitat é o mesmo que deixá-la se extinguir”, conclui o botânico.

(Revista *Ciência Hoje*, junho de 2008. Adaptado)

01. De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que

- (A) em algumas cidades, como no Rio de Janeiro, são encontradas espécies exóticas de plantas típicas da região amazônica.
- (B) a presença de espécies endêmicas põe em risco a preservação de trechos da Mata Atlântica.
- (C) os botânicos estão preocupados com a proliferação de um novo vegetal carioca, cujas características ainda são desconhecidas.
- (D) o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, desde 1971, pesquisa todos os locais em que há a presença da *Calathea reginae*.
- (E) a preservação da Mata Atlântica, mesmo em locais urbanos, faz-se necessária para evitar a extinção das espécies.

02. A *Calathea reginae*

- (A) é uma espécie vegetal muito peculiar de áreas próximas a centros urbanos.
- (B) já era conhecida dos botânicos.
- (C) é uma planta que está em extinção desde 1971.
- (D) faz parte de um projeto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- (E) só pôde ser conhecida quando houve a devastação de trechos da Mata Atlântica.

03. Em – ... a espécie já ‘nasceu’ em risco de extinção. – a expressão em destaque significa que

- (A) é um vegetal que está ameaçado por causa da poluição.
- (B) há dificuldades para se classificar esse vegetal.
- (C) não há muita quantidade da espécie.
- (D) o seu habitat não permite que os pesquisadores tenham mais dados sobre a planta.
- (E) a ausência de informações sobre seus frutos dificulta uma classificação científica.

04. Em – ... a *C. reginae* é uma planta endêmica local, ... – a expressão destacada, *endêmica*, significa

- (A) nativa.
- (B) distinta.
- (C) desconhecida.
- (D) similar.
- (E) comestível.

05. Segundo o botânico João Marcelo Alvarenga Braga,

- (A) as pesquisas acerca da descoberta de uma planta da família *Marantaceae* ainda não foram concluídas.
- (B) há muita dificuldade para encontrar espécimes da *C. reginae* na Amazônia.
- (C) é necessário conservar áreas verdes, mesmo que estejam no meio das cidades.
- (D) a preservação das matas deve ser de responsabilidade do Jardim Botânico.
- (E) há muitos organismos vegetais desconhecidos próximos ao Palácio da Guanabara.

06. No trecho – Para ele, a grande importância do achado é a de mostrar que, mesmo em lugares muito desenvolvidos e afetados pelo homem... – a expressão em destaque estabelece relação de

- (A) adversidade.
- (B) explicação.
- (C) conclusão.
- (D) concessão.
- (E) causa.

07. Assinale a alternativa correta quanto ao uso/colocação de pronomes, de acordo com a norma culta.

- (A) *Se* espera que a nova espécie de planta seja mais pesquisada pelos botânicos.
- (B) – Entre *eu* e o Jardim Botânico há uma parceria para elaborar um projeto de preservação da Mata Atlântica – disse o botânico.
- (C) – Para *mim* continuar a pesquisa com a *C. reginae*, será necessário observar a espécie em outros ambientes.
- (D) Quanto às novas espécies de plantas descobertas na cidade do Rio de Janeiro, os pesquisadores que preocupam-se com seu estudo estão desanimados.
- (E) Não *se* pode salvar a espécie se não houver preservação do seu habitat.

08. Leia as frases.

- I. As pesquisas ainda estão meio atrasadas.
- II. Fazem muitos anos que foi coletada uma amostra dessa nova planta.
- III. Pode haver muitas outras plantas como essa em outros locais.
- IV. Necessitam-se de novos exemplares de plantas para dar um nome científico.

Considerando a concordância verbal e nominal, estão corretas apenas as frases contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

09. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, a lacuna das frases quanto ao acento indicativo da crase.

- I. Os pesquisadores foram obrigados ____ examinar um grande número de espécimes.
- II. O botânico não se referiu ____ essa situação.
- III. Os estudos sobre essa nova descoberta não podem ficar ____ escondidas.

- (A) à ... a ... às
- (B) a ... à ... as
- (C) a ... a ... as
- (D) a ... a ... às
- (E) à ... à ... as

10. Considerando a flexão verbal, está correta a alternativa:

- (A) Se o botânico se dispuser a apresentar os resultados de sua pesquisa, saberemos mais a respeito da planta.
- (B) Quando o pesquisador ver essa nova espécie de vegetal carioca, poderá continuar seu projeto.
- (C) Os estudiosos se contradizeram várias vezes, durante o debate.
- (D) Espero que a região seja preservada.
- (E) Se os moradores intervirem, poderemos ter uma solução melhor para o problema.

11. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 37, *caput* da Constituição Federal, obedecerá aos seguintes princípios:

- (A) eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- (B) eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e sigilo profissional.
- (C) eficiência, legalidade, moralidade, pessoalidade e publicidade.
- (D) eficiência, legalidade, moralidade, pessoalidade e sigilo profissional.
- (E) eficiência, legalidade, pessoalidade, rapidez e sigilo profissional.

12. O ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade, é denominado

- (A) admissão.
- (B) autorização.
- (C) aprovação.
- (D) licença.
- (E) permissão.

13. Preconiza o princípio da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, que o agente público

- (A) pode fazer tudo o que a lei não lhe proíbe.
- (B) somente pode fazer o que a lei lhe permite.
- (C) deve verificar, no caso concreto, se convém ao interesse público aplicar ou não a lei.
- (D) se atuar em desacordo com a lei, deve justificar seu ato.
- (E) pode atuar livremente, não se restringindo aos estritos limites legais.

14. A previsão contida no art. 37, § 1.º, da Constituição Federal, de que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, decorre do princípio da
- (A) Eficiência.
 - (B) Impessoalidade.
 - (C) Legalidade.
 - (D) Pessoalidade.
 - (E) Propaganda.
15. Compõem a Administração Indireta as
- I. Autarquias;
 - II. Fundações Públicas;
 - III. Sociedades de Economia Mista;
 - IV. Empresas Públicas.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
16. A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que deve necessariamente ser organizada sob a forma de sociedade
- (A) anônima.
 - (B) comandita simples.
 - (C) cooperativa.
 - (D) em nome coletivo.
 - (E) limitada.
17. As autarquias, conforme art. 37, XIX, da Constituição Federal, somente poderão ser criadas por meio de
- (A) alvará específico.
 - (B) decreto específico.
 - (C) lei específica.
 - (D) portaria específica.
 - (E) resolução específica.
18. Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser classificados como:
- (A) de império e de gestão.
 - (B) gerais e individuais.
 - (C) perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.
 - (D) constitutivos, declaratórios e enunciativos.
 - (E) simples, complexos e compostos.
19. Decreto é a forma pela qual se revestem os atos individuais ou gerais, emanados dos (as)
- (A) Agentes Públicos.
 - (B) Autoridades.
 - (C) Diretores de Serviço.
 - (D) Chefes do Poder Executivo.
 - (E) Secretários de Estado.
20. O ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, é denominado
- (A) Anulação.
 - (B) Avocação.
 - (C) Cassação.
 - (D) Invalidação.
 - (E) Revogação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi um importante passo para a sistematização da reforma educativa brasileira. O primeiro texto proposto para votação foi resultado de um debate que envolveu diversas entidades vinculadas à educação. O texto aprovado foi apresentado em substituição ao primeiro e carrega vários elementos do debate e das reivindicações dos educadores envolvidos nas elaborações que deram origem ao primeiro texto. A aprovação do texto da LDB ocorreu no ano de
- (A) 1998.
 - (B) 1997.
 - (C) 1999.
 - (D) 1995.
 - (E) 1996.
22. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394, a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando. De acordo com a referida lei, a escola se constitui em espaço privilegiado de trabalho com o conhecimento e
- (A) outros espaços e organizações também podem contribuir para a ampliação do universo de informações dos educandos.
 - (B) a única responsável por criar oportunidades e mecanismos de ensino/aprendizagem que orientem a educação de uma nação.
 - (C) embora não absorva a totalidade da população em idade escolar deve responder pela qualidade da educação.
 - (D) iniciativas de outras organizações não podem colaborar com a educação formal ainda que destinadas a oferecer educação não formal.
 - (E) ações destinadas à educação tem caráter exclusivamente formal e são de competência isolada das instituições de ensino devidamente regularizadas.
23. A assistência social como política pública deve garantir mínimos de proteção social a quem dela necessitar. Mínimos sociais não são imutáveis. Tendem a se alterar pressionados pela ação coletiva dos cidadãos, pelo avanço da ciência, pelo grau e perfil da produção econômica, pelas forças políticas, entre outras. É esse conjunto de fatores que move e determina o que se denomina padrão de qualidade de vida dos cidadãos. Conforme preconiza a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), em seu artigo 2.º, essa política tem como um dos seus objetivos:
- (A) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
 - (B) o atendimento sociofamiliar a dependentes de substâncias psicoativas.
 - (C) a promoção de condições de igualdade mínima entre os cidadãos do campo.
 - (D) a inclusão dos segmentos vulnerabilizados socialmente, no território urbano.
 - (E) a superação de níveis de pobreza geradores de desagregação familiar.
24. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- O Brasil possui enorme concentração de riqueza; é hoje um dos países com maior _____ de renda no mundo. Estudos do BIRD mostram que, em março de 2006, o Brasil passou do 2.º lugar de país mais desigual do mundo, para o décimo lugar. Os indicadores de combate à desigualdade também melhoraram, mas ainda são avanços _____. Principalmente no que se refere aos direitos humanos, entendidos como direitos de todos os seres humanos, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, religião, região, opção sexual, opção política ou qualquer outra forma de discriminação. São os direitos que _____ a dignidade do ser humano, abrangendo, entre outros, direito à vida com qualidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança no trabalho e à _____ cultural.
- (A) semelhança ... necessários ... contestam ... identidade
 - (B) proximidade ... adequados ... consideram ... variedade
 - (C) desigualdade ... insuficientes ... asseguram ... diversidade
 - (D) igualdade ... insuficientes ... obliteram ... atividade
 - (E) desigualdade ... adequados ... prescindem ... criatividade
25. O Estatuto da Criança e do Adolescente institui mudanças substanciais no tratamento que o Estado dispensava à criança e ao adolescente empobrecidos. A principal, é a mudança do enfoque doutrinário da “situação irregular” para o da “proteção integral” à criança e ao adolescente. Compreende-se, a partir dessa nova concepção da criança e do adolescente empobrecidos, que não são eles que estão em situação irregular, e sim as condições de vida a que estão submetidos. Portanto, conforme esse entendimento, a ação do governo e da sociedade
- (A) deve reprimir toda forma de ação/expressão agressiva, responsável que o adolescente é pelos atos que pratica.
 - (B) não deve ser direcionada exclusivamente para o controle e repressão dessa parcela da população, mas para a garantia de condições de vida com dignidade.
 - (C) volta-se exclusivamente a definição de formas de ação, de políticas que atendam, ainda que parcialmente, as demandas desse segmento.
 - (D) tem como responsabilidade, exclusivamente, evitar situações de maus-tratos, abuso e exploração do trabalho infantil dessas crianças e adolescentes.
 - (E) prioritariamente deve prever o distanciamento dos grupos da comunidade no desenvolvimento de ações com esse segmento etário.

26. Reconhecendo o importante papel da agricultura na estruturação econômica do país, entende-se que deva existir manifesta preocupação em assegurar ao homem do campo as garantias sociais que beneficiam o trabalhador urbano. Em se tratando dos direitos sociais dos trabalhadores rurais, é correto afirmar que a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1.º de maio de 1943,
- (A) privilegia direitos do trabalhador rural em detrimento do trabalhador urbano.
 - (B) não faz referência ao trabalhador rural.
 - (C) faz distinção entre trabalhador urbano e rural.
 - (D) estende todos os direitos sociais do trabalhador urbano ao trabalhador rural.
 - (E) distancia-se do reconhecimento das várias modalidades de trabalho ao contemplar direitos dos trabalhadores.
27. A participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80, quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos. A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu surgimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos, cujas principais reivindicações foram por
- (A) salário mínimo, moradia, direitos socioassistenciais e participação política.
 - (B) condições de trabalho dignas, crédito agrícola, atenção à saúde e cidadania.
 - (C) trabalho, educação, saneamento básico e voto.
 - (D) sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política.
 - (E) terra, salário, alimentação e educação.
28. A preocupação em traçar diretrizes e formular políticas públicas para a juventude é relativamente recente no Brasil. A criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, e do Conselho Nacional da Juventude ocorrem no contexto de um intenso debate, promovido por entidades representativas da juventude urbana e rural. São programas orientados para a juventude rural, entre outros:
- (A) o Programa Nacional de Arrendamento na Reforma Agrária e o Programa Bolsa-Família.
 - (B) o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Jovem Rural do Futuro.
 - (C) o Programa Nacional de Desenvolvimento Corporativo Rural e o Programa Agente Jovem.
 - (D) o Bolsa Jovem Rural-Empreendedor e o Programa de Formação Profissional do Jovem Rural.
 - (E) o Programa Nossa Primeira Terra e o Consórcio Social da Juventude Rural.
29. Os movimentos sociais populares do campo, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia do direito à vida com dignidade, constituindo-se sujeitos coletivos de direito, entre os quais se encontra o direito à educação. A primeira e a segunda conferência Nacional de Educação no Campo, ocorridas, respectivamente, em 1998 e 2004, constituem-se marcos de uma articulação nacional no processo de afirmar o direito das populações do campo à educação. Importante aspecto da pauta de reivindicação dessa articulação traduz-se na proposta de que a educação no campo
- (A) mantenha classes multisseriadas para redução de custos operacionais.
 - (B) resulte da aplicação do modelo de educação urbana no meio rural.
 - (C) seja fiscalizada por meio de uma ação ministerial/inter-setorial.
 - (D) seja assumida como política pública de maneira mais explícita.
 - (E) sobreponha-se às questões gerais da educação, consideradas suas especificidades.
30. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- A desigualdade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos que vivem no campo e os que vivem nas cidades está claramente demonstrada nas pesquisas _____ e populacionais. Em todos os indicadores sociais, as populações do campo estão em _____, sejam eles relativos à matrícula, ao desempenho educacional dos alunos, à formação dos profissionais de educação ou à infra-estrutura física das escolas. Essa realidade aponta para a necessidade de adoção de _____ que revertam a situação da educação oferecida aos indivíduos em idade escolar, e que, ao mesmo tempo, resgatem a dívida histórica da sociedade brasileira para com os jovens e adultos que vivem no campo e não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. A educação de jovens e adultos é um _____ dos povos do campo, um instrumento de promoção de cidadania e deve ser uma política pública dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino; é uma estratégia viável de _____ do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial.
- (A) sociais ... superioridade ... iniciativas ... recurso ... mediação
 - (B) educacionais ... desvantagem ... políticas ... direito ... fortalecimento
 - (C) econômicas ... vantagem ... ações ... potencial ... avaliação
 - (D) socioambientais ... desvantagem ... proposições ... dever ... apropriação
 - (E) territoriais ... superioridade ... empreendimentos ... direito ... incorporação

31. Depois de muito tempo confinados às esferas técnicas e acadêmicas no âmbito dos órgãos de Planejamento Público e universidades, os indicadores sociais passaram a integrar o vocabulário corrente de agentes públicos. Pode se entender indicador social como
- um fator de natureza substantiva, de caráter específico, resultante de análises e estudos sobre determinada questão de ordem social, cuja finalidade é justificar a existência desse cenário.
 - uma medida universal, qualitativa, que expressa situação de âmbito geral, utilizada para mapear contextos subjetivos, que representam interesses explícitos de produção de conhecimento.
 - uma medida em geral, quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático.
 - um determinado aspecto de uma dada realidade socioeconômica, determinante de causas e conseqüências resultantes de uma análise mais aprofundada da definição de estratégias de ação.
 - uma causalidade subjetiva, passível de estudos e análises que definem objetos de estudo, que no nível macro possibilitam operacionalizar um conceito social concreto de interesse público ou privado.
32. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- Os indicadores sociais se prestam a _____ as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder _____ e sociedade civil e permitem aprofundamento da _____ acadêmica sobre a _____ social e sobre os determinantes dos diferentes _____ sociais.
- substituir ... político ... ação ... mudança ... aspectos
 - subsidiar ... público ... investigação ... mudança ... fenômenos
 - suprimir ... soberano ... investigação ... situação ... fatos
 - subsidiar ... maior ... atuação ... alternância ... dados
 - superar ... supremo ... capacitação ... realidade ... fatores
33. Não existe um modelo, um padrão único para a elaboração de um projeto. Várias formas, vários roteiros podem ser utilizados, dependendo de sua proposta; portanto, a natureza do projeto é a determinante de seu roteiro. No entanto, é consenso entre vários autores que o primeiro passo, pré-requisito dos seguintes, na formulação de um projeto, é
- o atendimento da demanda do financiador.
 - o desenvolvimento da capacidade de gestão da organização.
 - a priorização da necessidade maior do usuário.
 - o respeito às reivindicações dos trabalhadores da organização.
 - a análise do contexto.
34. No atual contexto das ações das organizações sociais, a demanda por serviços tem sido acompanhada por uma crescente tendência de participação da sociedade civil, seja no envolvimento direto na prestação de serviços, seja no apoio financeiro e mesmo na fiscalização da qualidade desses serviços. O envolvimento de diferentes atores tem resultado no aumento da demanda por avaliação. Nas diversas etapas de desenvolvimento de programas e projetos, o procedimento avaliativo é
- um recurso indispensável para identificação das demandas das comunidades, garantindo desse modo a proposição de ações que atendam necessidades e expectativas da população do entorno da organização.
 - dispensável, pois até o momento não há estudos e sistematização de metodologias que possibilitem aferir a oportunidade, eficiência e eficácia dos programas e projetos.
 - opcional, pois nem sempre os resultados do processo avaliativo, por não se fundamentarem em critérios científicos, atendem aos objetivos propostos, distanciando-se dos resultados desejados.
 - um instrumento que pode contribuir para assegurar os recursos necessários e também que permite às organizações oferecerem resposta às pressões por maior transparência na aplicação dos recursos.
 - uma estratégia que, se incorporada na metodologia do projeto, pode interferir nos resultados alcançados, trazendo prejuízos para o desenvolvimento da proposta.
35. A extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Levar-se em conta ou não aspectos técnicos, aspectos humanos, observando as questões culturais, sociais ou ambientais, marcou as diferentes fases da extensão rural no Brasil, que desde 1948 até os dias atuais, apresenta diferentes características. O período entre 1964 e 1980, fase da extensão rural no Brasil identificada como “difusionismo produtivista”, tem como característica
- ter como objetivos do extensionista o aumento da produtividade agrícola e, conseqüentemente, a melhoria do bem-estar das famílias rurais com o aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir.
 - serem os métodos dos extensionistas marcados por ações paternalistas, procurando induzir mudanças de comportamento dos agricultores por meio de metodologias preestabelecidas, atendendo apenas as suas necessidades imediatas.
 - servir como instrumento para introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado, baseando-se na aquisição, por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital, tais como máquinas e insumos industrializados.
 - utilizar metodologias de intervenção rural pautadas por princípios participativos, que levavam em conta os aspectos culturais do agricultor, preconizando-se a construção de uma consciência crítica nos extensionistas, tendo no planejamento estratégico um instrumento de ligação entre assessores e produtores.
 - ser um empreendimento que visava persuadir os produtores a ampliar o cultivo por meio de grandes extensões de terra, conjugando os métodos tradicionais com novas tecnologias, valorizando seus conhecimentos empíricos, levando-se em conta suas reais demandas e autonomia de gestão.

36. As políticas de promoção do desenvolvimento rural, boa parte delas operacionalizadas por meio dos aparatos públicos de extensão, enfatizam a dimensão produtiva desse processo. Embora haja uma considerável diversidade de situações concretas, quando se trata de intervenção extensionista nos assentamentos rurais, a ênfase dessa ação tem sido, historicamente,
- (A) a preocupação com questões culturais, sociais e ambientais, prescindindo-se de planos de desenvolvimento e de projetos técnicos-políticos.
 - (B) o fomento à produção agrícola, que se viabiliza principalmente por meio da elaboração e acompanhamento de projetos técnicos a serem financiados por programas de crédito.
 - (C) a consideração da especificidade das demandas dos agricultores assentados e a relativização do conhecimento técnico, amparado por repasses financeiros.
 - (D) o apoio técnico indireto, por meio de diversos agentes locais, pautados por demandas de longo prazo, considerando-se o conhecimento empírico dos agricultores assentados.
 - (E) o incentivo à monocultura como atividade compatível com a experiência do agricultor assentado, como critério prioritário ao da rentabilidade econômica.
37. Além do empreendedorismo voltado aos negócios para atender a uma demanda específica de mercado, uma outra abordagem é o empreendedor social, uma espécie de gênero do empreendedor de negócios. O avanço na organização da sociedade civil e a pressão pelo empoderamento de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas projetam o empreendedorismo social como expressão da capacidade de segmentos e organizações sociais, comunidades e instituições públicas de
- (A) organizar e implementar iniciativas pertinentes à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos.
 - (B) articular esforços para a produção de bens e serviços para o mercado, ainda que popular, garantindo o atendimento da demanda reprimida e excluída do acesso a bens econômicos.
 - (C) concentrar energia com o objetivo de satisfazer as necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.
 - (D) reivindicar direitos específicos da população excluída do mercado de trabalho e de consumo, buscando sua inserção social.
 - (E) postular pelos princípios de igualdade e isonomia no tratamento de pessoas em desigualdade de condições socioeconômicas resultantes do sistema neoliberal.
38. No Brasil, o empreendedorismo começou a ganhar força na década de 1990, durante a abertura da economia. A entrada de produtos importados ajudou a controlar os preços, uma condição importante para o país voltar a crescer. É correto compreender como empreendedor
- (A) o profissional organizado, que incorpora normas e procedimentos de uma empresa, garantindo a continuidade de seus objetivos, ainda que tradicionais e desvinculados do contexto econômico no qual essa empresa se insere.
 - (B) aquele técnico, detentor de um grande saber, que disponibiliza seus conhecimentos para a empresa que o contrata e ao operacionalizar suas propostas, depara-se com indecisões e inquietações prejudiciais a tomada de decisões próprias de sua função.
 - (C) o responsável por criar procedimentos inovadores, que aperfeiçoam com sua forma de agir, procedimentos e rotinas administrativas e gerenciais, independente de custos financeiros e sociais decorrentes de tais estratégias.
 - (D) o indivíduo que detém uma forma especial, inovadora, de se dedicar às atividades de organização, administração, execução; na geração de riquezas, na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos, gerando um novo método com o seu próprio conhecimento.
 - (E) o especialista genérico, que transita por diversas áreas do conhecimento humano, e detém capacidade para gerenciar custos e serviços conforme metodologias multidisciplinares de ação, consideradas as necessidades e especificidades humanas inovadoras.
39. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- No Brasil, o cooperativismo surgiu no início da República, com a constituição das primeiras cooperativas, no setor de consumo, ao final do século XIX. Em 1902, ele chegou ao campo. Por sua vez, o cooperativismo educacional teve raízes na primeira metade do século XX na Europa, Estados Unidos, Brasil e outros países que criaram cooperativas intelectuais, recreativas e escolares. A primeira cooperativa escolar, fundada no Brasil, data de _____, na cidade de _____, estado de São Paulo.
- (A) 1939 ... Taubaté
 - (B) 1933 ... Cruzeiro
 - (C) 1932 ... Lorena
 - (D) 1944 ... São Paulo
 - (E) 1937 ... Queluz

40. Diversas são as organizações e as iniciativas que objetivam minimizar as vulnerabilidades sociais. Em países como o Brasil, o número de pessoas empobrecidas – incluindo crianças e idosos, os mais socialmente fragilizados – é expressivo, o que demanda um engajamento, de toda a sociedade em um movimento de combate a esse cenário. Nesse sentido, ação comunitária pode ser compreendida como
- (A) o empreendimento de ações, de caráter solidário, de responsabilidade de órgãos públicos que reconhecem as desigualdades sociais e sensibilizados, reúnem esforços para assegurar o mínimo necessário para a sobrevivência das populações empobrecidas.
 - (B) uma iniciativa competente, resultante da escolha de empresários bem sucedidos que, independente de incentivos fiscais, financiam projetos de combate à exclusão social que atenuam as distorções resultantes de desajustes comportamentais geradores de pobreza.
 - (C) um esforço para a superação de mazelas sociais que atingem ou constituem a sociedade. Tais situações têm como causa principal a carência de recursos econômicos que garantam ao indivíduo e a grupos o acesso a bens básicos que possibilitem a subsistência com dignidade humana.
 - (D) o desenvolvimento de projetos de iniciação ao trabalho, como estratégia de absorção da mão-de-obra não qualificada no mercado de trabalho, consideradas as inovações introduzidas nesse contexto, com o advento das tecnologias de informação e comunicação.
 - (E) a atuação de comunidades independentes, expressão concreta da necessária atenção à sua população, com a finalidade de garantir o pleno equilíbrio das forças políticas que interferem cotidianamente em seu desenvolvimento e crescimento.
41. Com o aprofundamento dos efeitos sociais e ambientais provocados pelo modelo de agricultura produtivista nos últimos trinta anos, se intensificou, em escala mundial, o questionamento a esse modelo, propugnado pela Revolução Verde. Uma das perspectivas de análise e de intervenção sobre os modelos de desenvolvimento e sobre a própria sustentabilidade dos países, é aquela em que pode-se inserir as chamadas
- (A) Agricultura Convencional e a Multiprodutivista.
 - (B) Agricultura Alternativa e a Agroecologia.
 - (C) Modernização Conservadora e a Sustentável.
 - (D) Agricultura Científica e a Humanista.
 - (E) Fertilização Básica e a Biodiversidade.
42. O planeta está em crise e pede socorro. A escassez de água, o esgotamento dos recursos naturais, entre outros aspectos, são hoje fatores de preocupação crescente da humanidade. Como consequência dessa preocupação, temas como saneamento básico, direito socioambiental, desmatamento, etc. passam a alimentar a produção acadêmica e a ocupar pautas de discussões e reflexões em espaços diversos. Quando se trata de desenvolvimento local, que é outro tema em evidência em nossos dias, é correto afirmar que esse conceito se apóia na idéia de que
- (A) as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.
 - (B) é compensador para as comunidades, a exploração máxima da riqueza do contexto, consideradas as vantagens pecuniárias daí decorrentes, passíveis de gerarem melhor qualidade de vida a todos.
 - (C) as microrregiões demandam autonomia de gestão que lhes permita correta definição de prioridades e estratégias de desenvolvimento, ainda que contrárias às políticas públicas de corte inclusivo.
 - (D) é competência do gestor público incorporar demandas populares para a superação da pobreza, em caráter permanente, a partir da exploração do potencial geográfico/econômico da comunidade.
 - (E) somente a população pode determinar caminhos e tendências na apropriação do território, uma vez desconsiderados o sentimento de pertencimento e o conhecimento da realidade necessário para tanto.
43. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- Desenvolvimento local é um processo _____ registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover _____ e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e _____ em nível local, resultante da mobilização de energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando _____ e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação _____.
- (A) global ... a projeção econômica ... nas relações internacionais ... os lucros ... do consumo local
 - (B) natural ... a retração econômica ... no capital social ... produção de bens ... do consumo
 - (C) pontual ... o controle financeiro ... nas relações familiares ... os gastos ... da economia doméstica
 - (D) endógeno ... o dinamismo econômico ... na organização social ... a renda ... dos recursos naturais
 - (E) externo ... o processo migratório ... na mobilização social ... o êxodo rural ... do homem no campo

44. A expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Falava-se em camponês, pequena produção, pequeno agricultor. Estudos demonstram que, sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, ela própria, incluindo a agricultura familiar, vem sofrendo modificações em período recente. Ocorre uma mudança estrutural, denominada pluriatividade, como estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais. Como fenômeno social e econômico, presente na estrutura agrária, pode-se definir pluriatividade como
- (A) função agrícola desenvolvida por um conjunto de categorias sociais, tais como, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, identificadas como famílias trabalhadoras rurais.
 - (B) retorno de famílias ao campo, incentivadas por programas de extensão local, sustentados por critérios de multiproductividade agrícola e de comercialização de produtos de base cooperativa.
 - (C) fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de atividades não-agrícolas praticadas dentro ou fora das propriedades.
 - (D) ampliação da produção agrícola por meio da utilização simultânea e intensiva de um conjunto de estratégias de racionalização e qualificação da gestão rural, tais como, insumos industrializados, tecnologia da informação e assessoria especializada.
 - (E) expressão dos movimentos sociais do campo, tais como o movimento dos sem-terra, cujas famílias compatibilizam as atividades de cultivo da terra invadida com a mobilização e organização política do segmento ou grupo.
45. A noção de desenvolvimento territorial tem se difundido entre os agentes que atuam na promoção do desenvolvimento em nível local ou microrregional. Nesse contexto, as metodologias participativas têm sido valorizadas e utilizadas com base na premissa da promoção da cooperação entre atores em torno de um plano de desenvolvimento comum. No que se refere à participação no desenvolvimento rural, muitas abordagens metodológicas atuais, pautadas em princípios participativos que levam em conta os aspectos culturais do público-alvo, têm como inspiração
- (A) as experiências latino-americanas das décadas de sessenta e setenta com a pesquisa quantitativa agrária.
 - (B) os conceitos de empoderamento, pertencimento e poder local propulsores do projeto econômico de uma nação.
 - (C) a proposta de responsabilidade social, como critério de responsabilização de um único ator social.
 - (D) a reflexão sobre as práticas das instituições de cooperação internacional na promoção do desenvolvimento rural.
 - (E) os parâmetros da reestruturação produtiva advinda do processo mundial de globalização e seus reflexos inequívocos na economia rural e no agronegócio.
46. A autorização para a União promover a ação de desapropriação decorre de
- (A) decreto que declarar o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária.
 - (B) autorização administrativa do Ministério correspondente.
 - (C) ato discricionário da autoridade administrativa.
 - (D) ato vinculado do Ministério da Agricultura.
 - (E) sentença judicial definitiva.
47. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 10 anos.
 - (E) 20 anos.
48. Para a aquisição da propriedade rural por usucapião prevista na Constituição Federal é necessário que a área não seja superior a
- (A) 5 hectares.
 - (B) 10 hectares.
 - (C) 20 hectares.
 - (D) 40 hectares.
 - (E) 50 hectares.
49. São órgãos superiores da Fundação ITESP:
- (A) o Conselho Curador e o Conselho Fiscal.
 - (B) a Diretoria Executiva e o Conselho Curador.
 - (C) a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.
 - (D) o Conselho Curador e o Conselho Consultivo.
 - (E) o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.
50. A Fundação ITESP é vinculada à Secretaria
- (A) do Meio Ambiente.
 - (B) de Constituição e Justiça.
 - (C) da Justiça e da Defesa da Cidadania.
 - (D) da Agricultura.
 - (E) da Reforma Agrária.